



"Tudo que merece ser feito, merece ser bem feito!"

(Cecília Meireles)

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA
GESTÃO 2016/2018.**

Data: 28 de setembro de 2016

Horário: 08h30min

Local: Hotel Master – Rua Francisco Torres, 285 centro, Curitiba/PR.

DIRETORES PRESENTES:

LUIZ CELSO CASTEGNARO - Vice-Presidente

ROSALMIR MOREIRA- 2º Vice-Presidente

MARIANO DYNKOWSKI – Diretor Secretário

MARCELO TABORDA DE FREITAS – Diretor 2º Secretário

SABAS MARTIN FERNANDES - Diretor Tesoureiro

MARILDE REIS –Diretora 2ª Tesoureira

MARCO ANTONIO BACARIN - Vice-Presidente Adj. para Assuntos Sindicais

ARLINDO A. ZITAL DA SILVA - Vice-Presidente Adj. de Relações Inst. e Val. Prof.

IZABEL CRISTINA MAESTRELLI – Vice-Presidente Adj. de Assuntos da Mulher

FUNCIONÁRIOS E ASSESSORES PRESENTES:

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Superintendente

ANTONIO LINARES FILHO

Procurador Jurídico

GRACIELE ZEPSON

Assessora de Comunicação

GEAN ANDERSON SILVA

Coordenador de TI

IZAIAS AQUINO

Coordenador da Fiscalização

EDSON GONÇALVES DA SILVA

Coordenador Cartorário

I – ABERTURA.

Verificada a presença de *quórum* regimental, o Vice-Presidente Conselheiro LUIZ CELSO CASTEGNARO assumiu a Presidência e declarou aberta a 6ª Reunião Ordinária de Diretoria de 2016. Preliminarmente justificou a ausência do Presidente ADMAR PUCCI JUNIOR que comunicou, com antecedência, a impossibilidade de participação.

II - LEITURA E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS 4ª e 5ª REUNIÕES.

O Presidente da Reunião propôs a dispensa da leitura das atas da 4ª e 5ª Reuniões Ordinárias de Diretoria, sob o argumento de que elas foram encaminhadas com antecedência, via e-mail. Lembra que a Ata da 4ª Reunião não foi aprovada



anteriormente em razão de problema pontual na intranet. Proposta aprovada. Colocada em discussão não houve quem quisesse fazê-lo. Assim, postas em votação, foram aprovadas por unanimidade as Ata das duas Reuniões anteriores.

III. ORDEM DO DIA:

III.1. - Análise e deliberação do Ofício-Cofeci nº 916/2016 com relação à fiscalização de possíveis irregularidades no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, em Ponta Grossa.

Com a palavra o coordenador de Fiscalização Izaias Aquino, relata que o COFECI foi informado pela CEF (Caixa Econômica Federal) de Brasília, de que alguns jornais da cidade de Ponta Grossa/PR publicaram denúncias acerca de imóveis do programa “Minha Casa, Minha Vida”, que estariam sendo negociados pelos adquirentes em afronta ao compromissado. Assim, o Cofeci entrou em contato com o Creci/PR para verificar a veracidade da acusação. De imediato o fiscal de Ponta Grossa juntamente com a polícia local, uma vez que o lugar é conhecido como atuante no tráfico de drogas, foram até o condomínio Residencial Buenos Aires para vistoriar e não depararam, nesse primeiro contato, com placas de venda afixadas no local. Diz que provavelmente as placas foram retiradas depois que a reportagem foi publicada, pois o jornal cita que as imobiliárias estavam fazendo anúncios dessas ofertas. Em seguida, o Creci/PR entrou em contato com o gerente da CEF de Ponta Grossa, Senhor LEONARDO o qual informou que existem outros lugares onde devemos vistoriar. O Coordenador comunica que o Jornal da Manhã já entrou em contato com ele para questionar sobre o acordo celebrado entre o CRECI e a CEF e quais as medidas que vão ser tomadas. Nesse andar, solicita autorização dos Diretores para agendar uma reunião com o gerente de habitação a fim de que o mesmo providencie a entrega da listagem com os nomes das pessoas que compararam tais imóveis e assim possa iniciar a fiscalização intensiva pretendida, se for o caso. Menciona que em outros locais, como em São Paulo, por exemplo, a diligência do CRECI consistiu em “**bater porta por porta**” e fiscalizar se existe ou não algum tipo de fraude ou outra irregularidade nessas ocupações. No caso, aqui no Paraná seria feito desta mesma forma, ou seja, seriam vistoriadas casa por casa. Esclarece que muitos gerentes sequer sabem desse convênio firmado entre o Cofeci e a CEF, mas agora os jornais já estão sabendo e vão começar a cobrar providências do Conselho. Alerta que no nosso próprio “Manual de Fiscalização” consta esse acordo e como os Agentes Fiscais devem operar nessa situação.

Com a palavra o Diretor **Arlindo Zital da Silva**, o qual pergunta se o Creci/PR pode fazer uma matéria para informar aos Corretores de Imóveis que é proibida a venda de imóveis adquiridos através do programa “Minha Casa, Minha Vida”? O procurador jurídico Antonio Linares esclareceu que os Corretores de Imóveis têm conhecimento de que esses imóveis não podem ser vendidos, pois esse compromisso já conta no próprio contrato.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira** o qual anotou que discorda do Conselho assumir essa responsabilidade na forma pretendida de se fiscalizar “casa por casa”, pois vai desviar a função principal dos Agentes Fiscais. O Presidente da Reunião, pergunta ao procurador jurídico se é obrigatório o Conselho fiscalizar.



Foi-lhe esclarecido que o Cofeci assumiu essa responsabilidade e a repassou aos Conselhos Regionais, na forma e condições previstas no respectivo Convênio ou Termo de Colaboração. De modo que remanesce apenas a discussão de como vai ser a metodologia desse trabalho e qual o seu alcance.

O Coordenador Izaias relatou que, a seu ver, o Creci/PR vai fiscalizar a pessoa ou Corretor de imóveis que está vendendo a casa que foi comprada pelo citado programa e vai encaminhar à CEF que, de sua vez, vai fazer os demais encaminhamentos.

O superintendente **Luiz Carlos Ribeiro** sugeriu de trazer o GEAF (Grupo Especial de Agentes de Fiscalização do Cofeci) para fazer essa fiscalização intensiva. O Coordenador de Fiscalização Izaias pondera que dificilmente a Coordenadoria Nacional de Fiscalização vai concordar em conduzir os Agentes Fiscais ao Paraná para somente uma tarefa. O Vice-Presidente e também Diretor de Fiscalização Rosalmir Moreira, argumenta que somente soube do assunto agora na Reunião. Porquanto, como se trata de caso de sua Pasta, pede para que seja retirado de pauta, visando um estudo mais detalhado. O procurador jurídico sugere que o Ofício do COFECI seja formalmente protocolado e instaurado um processo para análise e deliberações.

O Presidente da Reunião colocou a proposta do Diretor Rosalmir em votação. À unanimidade de votos, foi aprovada a retirada de pauta do assunto em tela, que será reincluído para debate e deliberação na próxima Reunião de Diretoria.

III.2. - Análise e deliberação sobre o pedido de concessão de prazo mediante “denúncia espontânea”, para contratação de pessoas em período de experiência com o fim de assessorar na compra e venda de imóveis – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5657/2016 - Requerentes: Secovi/PR e outros.

Com a palavra, o procurador jurídico explicou que se trata de um pedido do Secovi, juntamente com a Câmara de Valores Imobiliários, Associação Rede de Imóveis do Paraná, Associação Rede de Negócios Imobiliários, Serviços Imobiliários da Rede Apolar, Associação dos Proprietários de Imobiliárias de Curitiba e Região Metropolitana e Missal Galvão e Silva Planejamento. A proposta é no sentido de que as empresas requerentes façam uma “denúncia espontânea”, relacionando as pessoas que se encontram assessorando na compra e venda de imóveis, em regime experimental, portanto ainda sem inscrição como estagiários. Em outras palavras, essas pessoas iriam trabalhar pelo período de até 90 (noventa) dias, sem promover a inscrição perante o Conselho, como estagiárias. Em contrapartida, as empresas requerentes se responsabilizariam em fornecer à Fiscalização uma “relação” completa dos nomes e demais dados desses trabalhadores. Esclarece que, na prática, as imobiliárias contratariam e automaticamente repassariam as informações ao Creci, enquanto que o Agente Fiscal geraria Autos de Constatação para as pessoas relacionadas e o responsável pela pessoa jurídica ficará formalmente cientificado de que terá o prazo de até 90 (noventa) dias, ou outro que for negociado, para regularizar essa pessoa contratada. Sobre a legalidade, disse o caso terá que ser mais bem analisado, mas não vê impedimento e talvez o “acordo” possa ser formalizado através de um TERMO DE AJUSTAMENTO DE



CONDUTA – TAC. Menciona que, na prática, o que acontece hoje já é mais ou menos isso, ou seja, quando o Agente Fiscal constata o exercício ilegal da profissão, normalmente espera em torno de 60 (sessenta) dias ou mais, para daí retornar e verificar se a pessoa constatada realmente ainda se encontra na atividade e somente após isso é que formaliza a comunicação junto à Autoridade Policial para lavratura do Termo Circunstanciado, pois, o exercício ilegal da profissão somente se caracteriza se houver o requisito da habitualidade. De modo que o fato não é encaminhado de imediato, exceto em casos especiais onde o exercício ilegal está comprovado documentalmente. Assim, com essa denúncia espontânea, pensa que facilitaria o trabalho da Fiscalização.

Com a palavra o Diretor Adjunto **Marco Antonio Bacarin**, alega que o mercado não está com carência de profissionais, o que acontece é que as empresas nunca tiveram a intenção de remunerá-los condignamente. Relata que, no seu entendimento, deferir a pretensão dos requerentes significa anuir com a ilegalidade. Menciona que as empresas querem, na verdade, fugir da responsabilidade trabalhista. É preciso apurar, por exemplo, quem vai se responsabilizar pelos atos dessas pessoas.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira**, o qual expõe que não concorda com o pedido, pois verificando juntamente com os Diretores Marco Bacarin, Sabas Fernandes e Izabel Maestrelli, observou que as inscrições de Corretores de Imóveis só tem aumentado, o que chega a ser um espanto diante do mercado atual. De modo que a alegação de falta de corretores de imóveis não é verdadeira. Embora tenha o lado positivo para a fiscalização, não é justo com os profissionais inscritos e que pagam anuidade.

Com a palavra o diretor **Arlindo Zital da Silva**, sugere em diminuir o prazo de 90 (noventa) para 30 (trinta) dias.

Com a palavra o diretor **Marcelo Taborda de Freitas**, expõe que também não concorda com a proposta, pois a principal função do Conselho é a de fiscalizar. Explica que, a seu ver, a pessoa que entra para trabalhar e que não é inscrita tira a oportunidade de um corretor que está em dia com a anuidade no Creci.

Com a palavra a diretora **Izabel Maestrelli**, relata que tem participado das reuniões como representante do CRECI no IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), e percebeu que eles só aprovam os projetos mais complexos condicionando à prática de outros atos. Sugere então em fazer uma experiência e trabalhar no período de um ano. Entende que aparecerão muitas dessas pessoas que um dia vão se inscrever no Conselho. Que diz isso porque é uma dessas pessoas, pois quando começou a trabalhar como Corretora de Imóveis não sabia que tinha que ter inscrição no CRECI.

Com a palavra o Coordenador de Fiscalização **Izaias Aquino**, expõe que igualmente não concorda com o pedido, pois, na hipótese de existir anúncio público essa prática caracteriza, por si só, o exercício ilegal da profissão e autoriza desde logo o encaminhamento do caso à Polícia. Menciona que hoje está melhorando o relacionamento do Creci com os Corretores, por conta dessa nova sistemática.

Com a palavra o Coordenador Cartorário **Edson Gonçalves da Silva**, relata que isso já aconteceu uns anos atrás, através de um acordo feito com a imobiliária



Apolar. O tempo era outro, pois tinha muitos imóveis e menos profissionais habilitados. Que, na parte prática, a proposta facilita o trabalho dos Fiscais, mas não podemos deixar de lado que talvez essa lista não será completa e nem estará atualizada e pode acontecer de muitas dessas pessoas não se inscrever posteriormente.

Exaurida a fase de debates, o Presidente da Reunião colocou o assunto em votação. **Por maioria**, a Diretoria **indeferiu** o requerimento. Foi esclarecido que o assunto será submetido à apreciação do egrégio Plenário com designação de um Relator e intimação dos interessados para sustentação oral do pleito, querendo.

III.3. - Discussão e deliberação acerca do novo Plano de Cargos e Salários. Apresentação sob a responsabilidade da Comissão composta por Rosalmir Moreira, Marco Antonio Bacarin, Sabas Martin Fernandes e Izabel Maestrelli.

Com a palavra o Vice-Presidente Rosalmir Moreira, o qual manifestou-se no sentido de que a Comissão nomeada pela Presidência está verificando o atual momento financeiro do Creci/PR e qual a projeção do novo Plano de Cargos e Salários durante os próximos 20 anos. Diz que é preciso muita responsabilidade, a fim de não inviabilizar a Administração. De modo que a Comissão também está pesquisando e comparando os salários praticados nos demais Conselhos coirmãos e com outros Conselhos de Fiscalização, como por exemplo o CRC (Conselho Regional de Contabilidade). Idealiza-se, disse, que nos próximos anos teremos mais inscrições no Conselho e um pouco mais de funcionários. Foi apresentado na tela o demonstrativo do gráfico elaborado pelo Coordenador Edson Gonçalves da Silva.

Com a palavra a diretora Izabel Maestrelli, comunica que o quadro funcional não pode aumentar, pois a projeção está sendo feita com o número de funcionários atual. Para deixar claro o crescimento numérico do Creci/PR, observa que ele se assenta em torno de 400 inscrições por ano, mas também não podemos esquecer os pedidos de cancelamentos dessas inscrições. O Vice-Presidente ROSALMIR MOREIRA, esclarece que dentre algumas alternativas apresentadas, ficou em dúvida qual será a que traz mais igualdade. Ilustra que a metodologia que está sendo utilizada visa um comprometimento da folha de pessoal dentro da razoabilidade orçamentária. Assim, pede para que o assunto seja retirado de pauta e assume o compromisso da Comissão se reunir novamente e trazer uma proposta definitiva na próxima reunião de Diretoria. Colocada em votação, a proposta foi aprovada. Decisão unânime. Por fim, considerando que o Vice-Presidente ROSALMIR MOREIRA vem acompanhando mais de perto a proposta de aprovação do novo Plano de Cargos e Salários, ficou ele designado como “relator” do processo para exposição junto ao Plenário na próxima Sessão.

III.4. - Análise e deliberação do local e data para a 4ª Sessão Plenária de 2016.

O Presidente da Reunião **LUIZ CELSO CASTEGNARO** relatou que, a princípio, a próxima Sessão Plenária foi agendada no calendário anual para os dias 25 e 26 de novembro na cidade de Foz do Iguaçu como é tradicional todos os anos.

Com a palavra a Diretora **Izabel Maestrelli**, lembra que este ano é de economia em razão da construção da nova sede, de modo que antes se deve verificar a questão do caixa do Conselho. Em aparte, o procurador jurídico lembra que em uma



reunião de Diretoria realizada em Cascavel, apurou-se que uma Sessão fora da sede, como é o caso de Foz do Iguaçu, tem-se um gasto a maior de aproximadamente 150 mil reais. Assim, a exemplo do que ponderou a Conselheira Izabel Maestrelli, de fato é preciso olhar a questão com parcimônia. Por exemplo, a Comissão designada para examinar o novo Plano de Cargos e Salários está tendo um cuidado rigoroso com as despesas que isso vai representar, de modo que toda contenção de gasto é bem-vinda e deve ser analisada com o mesmo critério. Lembra que se a Plenária for realizada na cidade de Foz do Iguaçu será preciso instaurar prévio processo de licitação o que demanda certo tempo.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira**, salienta que em Foz do Iguaçu é mais propício para acontecer a confraternização entre os colegas de trabalho que, por exemplo, podem jantar juntos, coisa que em Curitiba não acontece ou é difícil de acontecer. Lembra que talvez possa ser o último ano que a Plenária será em Foz do Iguaçu em razão da construção da nova sede, reforma da frota de veículos, entre outras despesas inadiáveis.

O Presidente Luiz Castegnaro encerra a fase de debates e coloca o assunto em votação. Por unanimidade de votos, a Diretoria aprovou a realização da 4ª Sessão Plenária/2016 na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 25 e 26 de novembro próximos.

IV.COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:

IV.1 - Cronograma licitatório da construção da nova sede.

O Presidente da Reunião comenta e entrega o cronograma da obra da nova sede aos Diretores. Relata que a construção dificilmente começará neste ano mas, com toda certeza, o processo de licitação que é complexo, será logo concluído e, no mais tardar, no começo do próximo ano a obra terá o seu início.

IV.2 - Andamento do convênio de cooperação técnica entre o Creci-PR e o MPE-PR.

Com a palavra o Coordenador Edson Gonçalves da Silva, relata que tem 22 (vinte e dois) processos recebidos, sendo que 1 (um) foi cancelado pelo Ministério Público e 20 (vinte) foram entregues aos inscritos no convênio para que elaborem os respectivos laudos de avaliação. Esclarece que 8 (oito) desses processos já foram devolvidos ao Ministério Público com as avaliações feitas.

O Presidente da Reunião comunica que juntamente com o Coordenador Edson Gonçalves da Silva tem distribuído os processos aos corretores de imóveis inscritos no citado convênio. Relata que percebeu, ao entregar os processos, que muitos dos inscritos no convênio não têm conhecimento técnico para fazer as avaliações correspondentes.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira**, expõe que não aprovou desde o início o convênio por questão da gratuidade no que se refere aos honorários. Relata que dois conhecidos seus ligaram perguntando coisas simples de como fazer a avaliação. Considerando que muitos não têm capacidade para realizar esse trabalho, sugere em montar uma comissão para previamente analisar a viabilidade técnica dessas avaliações, antes de encaminhá-las ao Ministério Público.



IV.3 – Ciclo de palestras em Comemoração ao DIA NACIONAL DO CORRETOR DE IMÓVEIS com o conferencista Rosalvo Barreto.

O Presidente da Reunião comunica que já foram realizadas palestras nas cidades de Curitiba, Londrina e Maringá, enquanto que nas demais Regionais deverá acontecer no mês de outubro e novembro. Respondendo indagação do Diretor Secretário MARIANO DYNKOWSKI, o procurador jurídico esclareceu que o Departamento de Comunicação fez uma cotação prévia com outros palestrantes como, por exemplo, com **Renato Amorim, Maílson da Nóbrega e Doni de Nuccio**, e o preço mais barato foi o apresentado pelo Senhor **Rosalvo Barreto**, que é especialista na área imobiliária e que foi contratado no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), por palestra.

Com a palavra o diretor **Marco Antonio Bacarin**, relata que a palestra na cidade de Londrina não foi bem aceita pelos corretores e ainda bem que, antes, teve a palestra do Vice-Presidente Rosalmir Moreira. Talvez na próxima oportunidade seja interessante pesquisar palestrantes da própria região, o que poderá trazer melhor retorno. Em aparte, o procurador jurídico lembra que o assunto foi aprovado à unanimidade na última reunião de Diretoria, inclusive, foi citado que o palestrante seria o Senhor Rosalvo Barreto quando ninguém fez qualquer ressalva, ficando autorizada a sua contratação para fazer o ciclo de palestras nas Delegacias Sub-Regionais.

Com a palavra o diretor **Marcelo Taborda de Freitas**, o qual relatou que o palestrante Rosalvo Barreto mencionou que os corretores autônomos vão acabar e que pagar 6% de honorários é caro. De modo que é oportuno esclarecer ao palestrante, inclusive para as conferências vindouras, que nosso público é formado também por corretores autônomos e que não é caro pagar 6% de honorários.

Com a palavra o diretor **Arlindo Zital da Silva** salientando que, como Diretor da Pasta, foi apenas convidado para participar da palestra mas não soube previamente dela e nem qual tema seria tratado. Sugere então que, doravante, o responsável pela Pasta seja chamado para discutir o assunto antes dele ser decidido. Sobre a palestra do Senhor Barreto pensa que não agradou ao corretor autônomo, mas como corretor dono de imobiliária percebeu que lhe foi possível abrir os olhos para algumas coisas que ele expôs na palestra.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira**, diz que tem suas reservas ao método do palestrante, mas, independentemente disso, o que deve contar é a atitude do Creci/PR em fazer esse ciclo de palestras, o que é muito bom e a ausência dessa iniciativa é sempre reclamada pelos nossos colegas corretores. Pede para que o Vice-Presidente CASTEGNARO tenha uma “conversa” com o citado palestrante no sentido de solicitar-lhe que faça algumas alterações no conteúdo da conferência de modo que ela não fique direcionada às imobiliárias e sim ao público em geral.

Com a palavra o Diretor-Tesoureiro **Sabas Martin Fernandes**, o qual expôs que independentemente da pessoa que vai ministrar, acha caro o valor cobrado pelas palestras. No entanto, certamente houve prévia cotação e deve-se seguir o valor praticado no mercado, pois essa área realmente tem majorado significativamente seus preços.



O Presidente Luiz Castegnaro esclareceu que vai agendar uma reunião com o palestrante Rosalvo Barreto antes da palestra na cidade de Matinhos e, em conjunto, serão analisadas as observações feitas pelos Senhores Diretores com as alterações sugeridas. Inclusive, salientou que o Presidente Admar Junior já o havia autorizado que posicionasse essas questões levantadas hoje junto ao palestrante.

V. COMUNICAÇÕES DOS DIRETORES:

V.1 – Outubro Rosa (Izabel Maestrelli).

Com a palavra a Vice-Presidente adjunta de Assuntos da Mulher Izabel Cristina Maestrelli, que, primeiramente relata que numa das reuniões da ADPI (Associação dos Proprietários de Imobiliárias de Curitiba e Região), falaram muito mal do Conselho. Por conta disso, o nosso Delegado Distrital JOSÉ LUIZ solicitou que o Creci/PR designe um assessor jurídico ou o coordenador de fiscalização para participar da próxima reunião, que será no dia 19 de outubro. O segundo assunto é sobre o “**outubro rosa**”. Menciona que se todas as pessoas do Conselho contribuírem vamos arrecadar o valor aproximado de R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Diz que ainda tem muito para arrecadar. Agradece a ajuda do Departamento de Comunicação e pede auxílio para divulgar o trabalho e, ao mesmo tempo, solicita a participação de todos nas caminhadas que serão feitas em Curitiba e interior do estado. Observa que “vamos tentar estar presente para apoiar a causa”. Agradece o apoio de todos nesse trabalho. Agradece especialmente a “todas as meninas do Conselho” que estão participando da campanha e pede que esse agradecimento seja levado ao conhecimento delas.

V - ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL.

Com a palavra o Diretor 2º Secretário **Marcelo Taborda de Freitas**, que pede desculpas por ter que se retirar antecipadamente, em vista de outros compromissos inadiáveis. Convida a todos para conhecer a nova sede do Sindimóveis que inclusive fica bem perto do Creci/PR.

Com a palavra o Coordenador **Edson Gonçalves da Silva**, o qual enfatizou que está auxiliando no trabalho destinado ao novo Plano de Cargos e Salários, sempre objetivando a que tudo saia como esperado. Que, como sempre, está à disposição da Comissão respectiva, bem como dos Senhores Diretores para colaborar.

Com a palavra o Vice-Presidente adjunto de Assuntos Sindicais **Marco Antonio Bacarin**, relata que esteve no Congresso promovido pela FENACI (Federação Nacional dos Corretores de Imóveis) e apoiado pelo COFECI, na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul, do qual também participou o Presidente João Teodoro. Diz que segundo o Presidente do COFECI, foi dado um prazo para que os corretores de imóveis possam vender os imóveis que estão em leilão.



Com a palavra o Vice-Presidente Adjunto de Integração e Valorização Profissional **Arlindo Aparecido Zital da Silva**, o qual mencionou a satisfação de estar mais uma vez trabalhando com os colegas de Diretoria. Parabeniza a Comissão do Plano de Cargos e Salários pelo belo trabalho realizado. Informa que, diante das ponderações feitas pelos Senhores Diretores, se for o caso, está à disposição para conversar com o palestrante Rosalvo Barreto. Deseja um bom retorno a todos.

Com a palavra o Diretor Secretário **Mariano Dynkowski**, que agradeceu a Deus pela oportunidade de estar na presença dos colegas, sempre trabalhando e buscando o melhor em favor da classe.

Com a palavra o Vice-Presidente **Rosalmir Moreira**, o qual fez referência no sentido de que todo o mérito pela elaboração do Novo Plano de Cargos e Salários é do Edson Gonçalves da Silva, do Antonio Linares Filho e da Marli Baranhuk. Pede para que a próxima Reunião com a Comissão seja agendada com razoável antecedência, a fim de que o transporte seja via avião, que é menos cansativo. Observa que o Presidente JUNIOR elaborou, no começo do ano, uma agenda para todo o período e seria bom financeiramente para o Conselho que a programação fosse seguida, pois, assim podemos comprar com antecedência as passagens. Relata que na Prefeitura de Andirá foi criada uma comissão de avaliação com três membros e um deles consta no Decreto Municipal como “corretor de imóveis”. Entretanto, foi verificado no cadastro que a pessoa indicada não é inscrita no Conselho. Solicita que a Fiscalização providencie comunicação ao correspondente Prefeito, dando-lhe ciência do caso. Sobre as palestras no interior, o seu desejo é realizar 20 palestras ao mesmo tempo. A propósito, pede para ser comunicado antecipadamente sobre todos os assuntos da Fiscalização, como já ocorre, mas com alguma exceção, a fim de estar mais bem preparado para discuti-los. Parabeniza o trabalho realizado pelos Coordenadores Izaias Aquino e Edson Gonçalves da Silva.

Com a palavra o Diretor Tesoureiro **Sabas Martin Fernandes**, o qual reforçou que sobre a questão da Sessão Plenária em Foz do Iguaçu, a cobrança está arrecadando bem. Num comparativo com o ano passado, anota que em 2015 foram arrecadados dois milhões e novecentos e cinquenta mil reais, enquanto que neste ano de janeiro a setembro já foram arrecadados mais de quatro milhões. Parabeniza o “Departamento de Cobrança” pelo belo trabalho realizado. Sobre a reforma da Delegacia de Maringá, trouxe novos orçamentos com valor a menor e, dentro do possível, solicita que seja iniciada a referida reforma.

Com a palavra a Diretora 2ª Tesoureira **Marilde Reis**, que, primeiramente parabeniza a Comissão do Plano de Cargos e Salários pelo incansável trabalho realizado e pela dedicação em apresentar a melhor e a mais adequada solução, sem desprezar a responsabilidade pelas despesas daí decorrentes. Sobre o ciclo de palestras realizadas pelo conferencista Rosalvo Barreto, manifesta a sua preocupação com a abordagem de certos tópicos como antes relatado, pois a região de Cascavel está sem Agente Fiscal e, como sempre, tem muitas reclamações. Porém, diante do compromisso assumido pelo Vice-Presidente



Castegnaro, que se propôs a harmonizar o tema de acordo com o público participante, fica mais tranquila. Deseja um bom retorno e agradece pela amizade de todos.

Com a palavra a Vice-Presidente Adjunta de Assuntos da Mulher **Izabel Cristina Maestrelli**, a qual queixou-se sobre a questão da nomeação, por Portarias, das Diretorias Regionais da Mulher. Disse que trouxe a relação dessas colaboradoras e cobrou a designação em diversas oportunidades, mas não ocorreram as nomeações. Quer entender o porquê dessas Portarias não ficarem prontas. Que as pessoas indicadas lhe cobram a respeito do que aconteceu e se não vão ser mais nomeadas e qual o motivo, e não sabe que explicação dar. O Presidente da Reunião pede desculpas à Diretora Izabel e relata que vamos verificar o que está faltando e dar continuidade no projeto. A Diretora se comprometeu, antes da elaboração das Portarias, em apresentar nova lista com os nomes das indicadas, em virtude de mudanças que podem ter ocorrido na relação originária durante o período transcorrido.

VI. ENCERRAMENTO.

O Presidente LUIZ CELSO CASTEGNARO, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, o que se deu às 13h05min. NADA MAIS. Lida e achada conforme, depois de aprovada, vai a presente Ata assinada pelo Senhor Presidente da Reunião e pelo Senhor Diretor Secretário.

LUIZ CELSO CASTEGNARO

Vice-Presidente no exercício da Presidência

MARIANO DYNKOWSKI

Diretor Secretário